TL 1022

Portugal-Timor

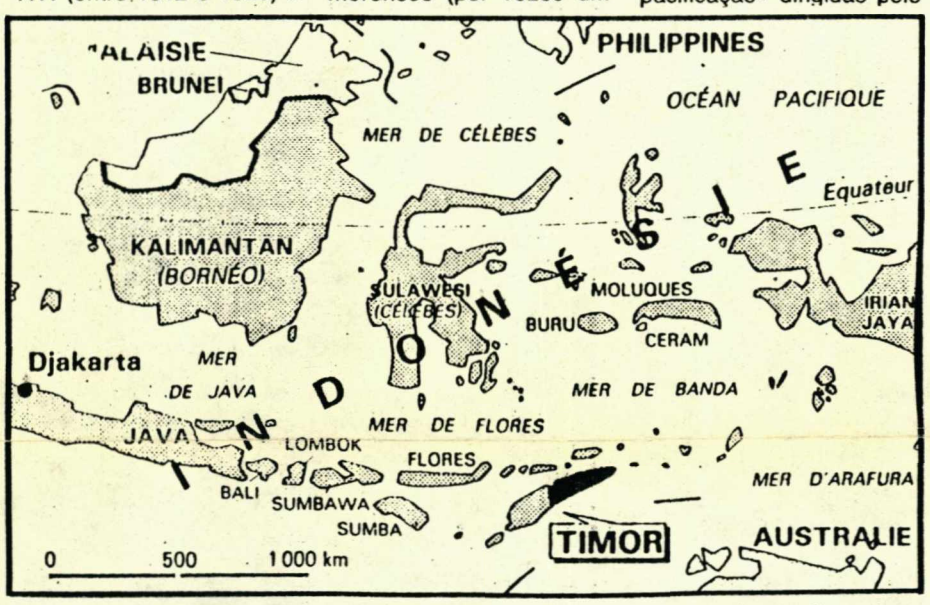
A RESPONSABILIDADE E O DIREITO

«Ali também Timor, que o lenho manda Sândalo, salutífero e cheiroso». (Os Lusíadas, Canto X, Luís de Camões)

A conquista de Malaca pelos marinheiros portugueses em 1511 abriu-lhes os caminhos marítimos das múltiplas ilhas do mar de Sonda. Da ilha de Timor têm os portugueses informações imediatas porque famosa era, desde tempos longínquos, a madeira de sândalo, particularmente de sândalo branco que a ilha produzia. Mercadores chineses e árabes detinham até então o comércio desta especiaria, comércio que passou a ser controlado pelos portugueses que transportavam o «salutífero e cheiroso» sândalo para as Molucas e Macau onde era vendido aos chineses.

Se a descoberta da ilha de Timor pelos portugueses data do início do século XVI (entre 1512 e 1520) a consolidação da presença portuguesa na ilha só se realizou no século XVIII. Até a esta época foram os missionários, particularmente Dominicanos, que representaram de facto a Coroa portuguesa e assim detinham o poder «espiritual e temporal». Se a missão de evangelização era primordial, foram no entanto os missionários que lançaram as bases de uma colonização das ilhas e que tomaram a defesa dos interesses da Coroa contra a presença holandesa que desde o século XVI combatia a predominância portuguesa nesta região.

Com a perda da ilha de Solor em 1613, portugueses e Topasses («portugueses negros», mestiços) refugiam-se em Larantuca (ilha das Flores) e Lifau (ilha de Timor). Em 1640, 22 igrejas testemunham o esforço de evangelização que os missionários empreenderam em Timor ao mesmo tempo que tentam ganhar os diversos liurais (reis) dos reinos de Timor à causa portuguesa contra a expansão holandesa. Em 1651 a fortaleza de Koepang (extremo ocidental da ilha) cai nas mãos dos holandeses. A partir deste período a ilha de Timor vai ser o lugar de confrontação entre as duas potências coloniais que vão utilizar os próprios timorenses afim de consolidarem o seu próprio poder sobre a ilha. Esta confrontação vai durar 3 séculos, 3 séculos que foram também uma luta permanente que os timorenses (por vezes um só reino, outras diversos povos) levaram a cabo contra os colonizadores afim de defenderem a sua menaçada autonomia.



No que respeita directamente à colonização portuguesa (sobretudo a parte oriental da ilha), foram múltiplas as revoltas e guerras que a marcaram:

— Revolta de Cailaco 1722-32 (contra a imposição dos impostos);

— Revolta da Casa Hornay em Lifau 1760-69 (as autoridades portuguesas foram forçadas a abandonar Lifau (Oé-Cussé) por Dili em 10 de Outubro de 1769);

— «Guerra dos Loucos», no reino de Luca 1769-70;

— Guerra contra o reino de Manbara 1790;

— Guerra contra o reino de Laclo 1860-63;

— Revolta do reino de Banbara 1892-94.

«Timor foi a última de todas as colónias portuguesas a ser completamente pacificada» escrevia o historiador Artur de Sá. De facto o controlo total do território por Portugal só será efectivo em 1912 após 17 anos de «campanhas de pacificação» dirigidas pelo governador Celestino da Silva (1894-1908) e os seus sucessores.

Ora é este poder que Portugal põe em causa após a revolução do «25 de Abril» de 1974 quando legitima o direito à autodeterminação e independência das colónias e inicia o processo de descolonização, processo este que foi brutalmente interrompido em Timor com a invasão militar indonésia em 7 de Dezembro de 1975.

Invasão e guerra que nos seus primeiros 5 anos exterminou um terço da população timorense (entre 200 a 250 000 mortos): Reconhecido pela ONU como «potência administrante» do território e estipulando a sua própria constituição que o Estado Português deve desencadear «todos os actos necessários» a fim de fazer valer o direito à autodeterminação do povo timorense, Portugal tem que apelar mais fortemente à comunidade internacional. É a sua responsabilidade enquanto «potência administrante», é o direito dos Timorenses, o direito dos povos de disporem deles mesmo.

António Dias, presidente da Associação Agir por Timor